

Leonardo Manso Vicentin

PRECEDENTES JUDICIAIS

**Antecedentes Históricos e Uniformização
da Jurisprudência à Luz do Artigo 927
do CPC/2015**

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-594-7

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Vicentin, Leonardo Manso.

V633 Precedentes judiciais: antecedentes históricos e uniformização da jurisprudência à luz do artigo 927 do CPC/2015./ Leonardo Manso Vicentin./ Curitiba: Juruá, 2021.
130p.; 21,5cm

1. Precedentes judiciais. 2. Processo civil. 3. Direito civil. I. Título.

CDD 347 (22.ed)
CDU 347.9

000059

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PRECEDENTES JUDICIAIS NOS SISTEMAS JURÍDICOS CLÁSSICOS	15
1.1 PRECEDENTES JUDICIAIS: UMA PREMISSE CONCEITUAL	15
1.2 PRECEDENTES JUDICIAIS NO SISTEMA DE <i>COMMON LAW</i>	18
1.3 PRECEDENTES JUDICIAIS NO SISTEMA DE <i>CIVIL LAW</i>	27
1.4 CONFLUÊNCIA ENTRE OS SISTEMAS	31
2 ANTECEDENTES DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	35
2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS LUSITANOS	35
2.2 ANTECEDENTES NO SISTEMA PROCESSUAL BRASILEIRO	41
3 PRECEDENTES JUDICIAIS NO CPC/2015	53
3.1 VALORIZAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NO CPC/2015: CONTEXTUALIZAÇÃO	54
3.1.1 Influência da Teoria da Interpretação	54
3.1.2 Influência da Litigiosidade Repetitiva	57
3.2 PANORAMA DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS RELACIONADAS AOS PRECEDENTES JUDICIAIS	59
3.3 IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO	67
3.3.1 Regime Jurídico: CPC/1973 e CPC/2015	67
3.3.2 Análise Crítica e Comparativa	70

4	INTERPRETAÇÃO DO ART. 927 DO CPC/2015	75
4.1	SISTEMA DE PRECEDENTES OU MERO ROL DE PROVIMENTOS JUDICIAIS?	76
4.2	VINCULAÇÃO OU DEVER QUALIFICADO DE FUNDAMENTAÇÃO?	80
4.3	ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O ESTADO DA QUESTÃO	93
5	SÍNTESE CONCLUSIVA	111
	REFERÊNCIAS	115
	ÍNDICE REMISSIVO	121